

## Os teuto-brasileiros e o papel da imprensa frente ao nacionalismo presente em Blumenau e Hamônia (1937-1945)\*

*Flávio Braune Wiik<sup>1</sup>*

Universidade do Sul de Santa Catarina

*Eduardo Gomes Silva*

Universidade Federal Fluminense

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sócio-histórica das diferentes ideologias e políticas étnico-identitárias atreladas à população de origem germânica da região de Blumenau, em Santa Catarina, enfocando o papel de mediação exercido pela imprensa, no que tange às políticas nacionalistas do período de 1937 a 1945. A análise contrasta as especificidades dessa mediação, a partir dos estudos de caso indicativos das particularidades observadas nos municípios de Blumenau e Ibirama.

**Palavras-chave:** Mídia; políticas identitárias; teuto-brasileiros; nacionalismo.

### Abstract

This article presents a socio-historical analysis of the various ideologies and ethnical-identity principles linked to the Germanic descendent population who lived in the region of Blumenau, State of Santa Catarina, during the Estado Novo period. It further discusses the role played by the press in the face of the nationalist policies at the time. The analysis will contrast the specificities of the mediation played by the media in this context starting from case studies carried out in the municipalities of Blumenau and Ibirama.

**Keywords:** Media; policies of ethnic identity; teuto-brazilians; nationalism.

\* The teuto-brazilians and the role played by the press vis a vis the Nationalism in Blumenau and Hamonia (1937-1945).

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada oralmente no simpósio Muitas faces de uma guerra, na Udesc, em maio de 2005. Agradecemos a Nancy M. Bini, coordenadora do Arquivo Histórico de Ibirama; a Sueli Petry, diretora da Biblioteca Municipal de Blumenau; e ao Dr. Fritz Müller. Endereço para correspondências: Caixa Postal 5126, Florianópolis, SC, 88040-970 (flaviowiik@gmail.com e edugomes\_sc@yahoo.com.br).

## Introdução

A ênfase na política identitária do período estadonovista – cuja construção de um nacionalismo homogêneo foi característica marcante – encontrou forte resistência na população germânica e teuto-brasileira do país, com destaque para a região de Blumenau, Santa Catarina, dada sua política mantenedora da *germanidade* ascendente. Embora os ares desse confronto político-ideológico tenham atingido seu ápice durante a II Guerra Mundial – quando as intervenções nas colônias de imigrantes, principalmente de origem alemã, ganharam corpo, por meio de apropriações e fechamentos de prédios, de instituições de ensino e de sociedades recreativo-culturais teuto-brasileiras; pela proibição de publicações em língua alemã, tais como jornais, revistas e demais periódicos<sup>2</sup> – é importante nos atermos à constituição do regime de exceção que permitiu tais ações, o Estado Novo.

Margeado por um período quando a hipertrofia do Poder Executivo e as políticas nacionalistas se mostravam capazes de reverter os danos socioeconômicos impostos pelo liberalismo – naquele momento, em franca crise estrutural –, o chamado Estado Novo<sup>3</sup> brasileiro surgiu sob a égide de um projeto de nação “una, indivisa e coesa” (DUTRA, 1997, p. 33). Diferentemente do aparato burocrático-estatal de grande envergadura construído em 1930 – que até certo período foi capaz de acomodar interesses díspares, como os dos extremo-direitistas da Ação Integralista Brasileira (AIB) e alguns setores industriais mais atrelados ao liberalismo –, o que se viu, a partir de novembro de 1937, foi um recrudescimento da política centralizadora,

<sup>2</sup> Representando um dos principais fatores pela eclosão da II Guerra Mundial (1939-1945), a ascensão e o fortalecimento do Nazionalsozialistische Deutsche Arbeitpartei (Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães, abreviado como Nazi), a partir de 1933 e sob a liderança de Adolf Hitler, estendeu os limites geográficos do território alemão, alcançando inclusive o Brasil. Segundo Giralda Seyferth (2001, p. 30), “entre 1933 e 1938 diversas organizações nazistas agiram no Sul do Brasil, procurando atrair a população teuto-brasileira para o nazismo. [...] Tarefa considerada fácil, uma vez que os descendentes de imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná formavam uma minoria étnica, rotulada de ‘teuto-brasileira’, e identificada com a noção de Deutshtum (germanidade): preservação da língua, raça e cultura alemãs”.

<sup>3</sup> “Nome com o que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945 [...] O Estado Novo tinha em comum com o fascismo [europeu] a mesma crítica à democracia parlamentar, à pluralidade de partidos e à representação autônoma de interesses, assim como tinha em comum com ele a mesma valorização do ‘Estado Forte’, tutor da sociedade civil. Mas o Estado Novo diferia substancialmente do fascismo europeu no plano das práticas políticas concretas, como, por exemplo, na inexistência de partido único, na ausência de intensa mobilização política de massas e na não-uniformização da elite dirigente” (MARTINS, 2001).

mediante a extinção dos partidos políticos e sindicatos ou mesmo pela radical limitação da autonomia dos estados da Federação. Esses exemplos podem definir o estado de exceção em que o País mergulharia a partir daquele momento, do qual “emergiu somente em 1945” (GOULART, 1990, p. 29).

Dentre os diversos fatores responsáveis pelo recrudescimento da política iniciada em 1930, um deles merece mais atenção, dada sua condição de protagonista nos discursos daqueles que defenderam esse regime ou mesmo pela importância que ele representa para a construção do presente estudo: o **nacionalismo**. É justamente por esse prisma que muitos historiadores preferem atribuir ao ano de 1935 o germe de 1937, pois em 1935 o projeto de nação propagado pela Revolução de 30 encontrou oposição, centralizada na criação da Aliança de Libertação Nacional (ANL). Diferentemente de movimentos que se opuseram à política iniciada em 1930 (inclusive com batalhas características de uma guerra civil, como as empenhadas pelos paulistas em 1932)<sup>4</sup>, a Intentona Comunista representou, para o cenário daquele momento, se não um perigo eminente da expansão do comunismo na América do Sul – tese deveras refutada pela literatura sobre o tema, dada a insignificância da ANL como organização política ou mesmo revolucionária (CHAUÍ e FRANCO, 1978) – um excelente subterfúgio para a destituição das organizações oponentes ao *establishment* de então, fossem elas associações de caráter não-oficial (como a própria ANL, dirigida por Luiz Carlos Prestes e prescrita em março de 1936) e até mesmo os próprios partidos políticos existentes até então.

Desses últimos, um em especial merece destaque para a compreensão do presente estudo: como uma organização suprapartidária e de livre influência fascista, a Ação Integralista Brasileira (AIB), idealizada e dirigida por Plínio Salgado, formaria, em meados dessa década, o chamado Partido Integralista, com forte aceitação pelas regiões de origem teuta do País, com destaque ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina. Segundo Caresia e Rocha (2001, p. 76), “nas eleições de 1936, oito municípios catarinenses deram a maioria de votos a candidatos integralistas, sendo todos municípios de colonização germânica”. O próprio prefeito de Blumenau, chefe dos integralistas locais, chegara ao posto por meio dessas eleições, mas só ocuparia o cargo até novembro do ano seguinte. Apesar de todas as similitudes que marcaram esse movimento ao projeto nacionalista comandado por Getúlio Vargas,

<sup>4</sup> Ver Costa (1982), uma das mais significativas bibliografias sobre o tema em questão.

o Partido Integralista e a própria AIB seriam proscritos pelo Estado Novo, cuja política de homogeneização nacionalista far-se-ia presente de forma enérgica nessas regiões de forte presença imigratória, uma vez que se elegeu como ideal para o novo regime a construção de uma brasilidade que excluía peculiaridades culturais.

### **Políticas de identidade étnica alemã e teuto-brasileiras na região de Blumenau no período estadonovista: características e conseqüências**

A presença marcante, as variantes espaço-temporais e o papel exercido pela identidade étnica e etnicidade alemã e teuto-brasileira entre a população de origem germânica que colonizou o vale do rio Itajaí-açu vêm sendo apontados pela literatura como construção cultural de grande significância na constituição dessas sociedades, desde o início dessa colonização, em meados do século XIX até a presente data.<sup>5</sup>

Essa etnicidade constituía-se e mantinha-se principalmente com base na manutenção da *germanidade*, associada a um contexto brasileiro, por meio das diversas atividades promovidas pelas associações culturais, recreativas e esportivas<sup>6</sup>, da mídia impressa em alemão, da literatura alemã, do rádio com programas em alemão, da religião marcadamente luterana, das escolas alemãs, da arquitetura com inspiração germânica e, principalmente, na manutenção da língua falada. Todos esses elementos e instituições mediavam símbolos dessa etnicidade, que, ao final, eram constitutivos da *Kultur* (cultura) e do *Geist* (espírito) alemão ou teuto-brasileiro. Esses últimos se traduzem de forma prática e estão vinculados a valores e ética que enalteciam o trabalho árduo, o progresso, o avanço tecnológico, a superioridade da raça, a manutenção da “pureza” do sangue mediante a política da não-miscigenação das “raças”, o refinamento do gosto, a acumulação de capital. Enfim, eles constituíam o *habitus* burguês na região de Blumenau (TOMIO, 2001), todos atravessados pelo conceito de *germanidade*. Essa etnicidade levou os imigrantes e seus descendentes da região a criar – de forma ideal – uma nação (germânica) dentro de uma nação (a brasileira).

Durante o período estadonovista, os elementos constitutivos dessa identidade étnica foram profundamente desafiados pela política de nacionalização na região, cujos princípios chocavam-se frontalmente com os primeiros.

<sup>5</sup> Ver Seyferth (1999) e Konder reis (2001).

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver Seyferth (Ibidem).

Como resultado do embate criado, observou-se reconfiguração, inibição e, até mesmo, desaparecimento do espaço público das instituições, idéias, representações e práticas associadas à manutenção da etnicidade germânica. Seria a mídia, elemento central na construção e veiculação das ideologias da etnicidade, a principal **mediadora** na construção das novas ideologias político-identitárias no período.

Naquela época, o nacionalismo estava presente tanto na agenda política e nas representações coletivas de germânicos e seus descendentes quanto na de representantes do Estado Novo, no entanto, providos de conteúdo de significados antagônicos. O nacionalismo, visto pelo prisma dos primeiros – inspirado na identidade étnica –, enfatizava o distanciamento da população de origem alemã em relação à sociedade nacional (SEYFERTH, 1999, p.297). A *nação dentro da nação* tinha como base preservar a identidade étnica e sua hegemonia, que, por sua vez, estavam atreladas a políticas de não-miscigenação racial e a preservação da nacionalidade alemã associada à cidadania brasileira, portanto, o pluralismo nacional. Soma-se a esse complexo um projeto político de ampliação da representação da população teuto-brasileira no cenário político regional e estadual. De forma adversa, o nacionalismo, segundo o olhar dos fautores do Estado Novo, tinha como objetivo anular o pluralismo étnico no Brasil. Partiam da idéia de *assimilar* os estrangeiros e descendentes à sociedade nacional, anulando as diferenças étnicas e raciais por meio do *branqueamento* e da miscigenação do europeu com os nacionais. O resultado de propostas nacionalistas tão antagônicas não poderia ser outro se não o confronto. A germanidade ameaçava profundamente a ideologia político-identitária promulgada pelo Estado Novo, assim como seu projeto econômico e político para o Brasil (SEYFERTH, op.cit.; TOMIO, op.cit.).

Como resultado disso, já durante os primeiros anos do período estadonovista, a nacionalização das cidades da região do rio Itajaí-açu foi amplamente marcada por políticas radicais e sistemáticas. Deu-se intervenção federal nas administrações públicas locais, deslocamento de batalhões militares federais para a região, proibição da circulação de jornais e revistas em língua alemã, fechamento das escolas alemãs e sua nacionalização, fechamento das agremiações socioculturais, proibição da comunicação em público na língua alemã, demissão de funcionários públicos de ascendência germânica, formação de partidos políticos, supressão da participação de representantes da população teuto-brasileira no cenário político, prisões,

confisco de bens e prédios privados, trabalho forçado e tortura, nacionalização dos nomes das cidades, localidades e ruas, construção de monumentos aos heróis nacionais etc. Era, portanto, o final da *nação dentro da nação*.



**Figura 1**  
Uma Pequena Alemanha dentro do Brasil.  
Fonte: Jornal CB, 08/06/1939.

A distinção não poderia mais ser símbolo de identidade (SEYFERTH, op.cit.). Sendo assim, as políticas identitárias, com base na etnicidade germânica ou teuto-brasileira, no período, deram lugar, de forma gradual – principalmente por mediação da imprensa –, ao processo de nacionalização dessa população e de suas instituições. Ao analisar os jornais locais entre 1937 e 1943, constatamos que essa transição de valores étnico-identitários e suas ideologias políticas não se deram de forma linear ou imediata, mas foi sim caracterizada por ambigüidades, resistências às mudanças e pela tentativa de manter uma política identitária calcada em um *germanismo à brasileira*.

Esses aspectos serão tratados adiante, juntamente com as especificidades observadas entre germânicos e seus descendentes em Blumenau e Ibirama (Harmônia) e o papel que a mídia ocupou nessas duas localidades frente ao tema.

### **Mídia: da generalização às particularidades**

Durante todo esse período, os jornais, as revistas e as transmissões radiofônicas exerceram papel preponderante na construção daquele *germanismo à brasileira*, veiculando junto à população informações que expressavam as bases constitutivas, as ideologias, assim como as representações sociais acerca da etnicidade. Outrossim, o confronto acima descrito ganharia, no campo midiático, um novo e importante *front* a partir de 1937.

Conforme aponta Thompson (2001, p. 68), a importância que a imprensa exprimiria nas sociedades modernas esteve intrinsecamente relacionada com a emergência de uma “nova esfera de público, cuja função seria mediar o domínio da autoridade pública (ou do estado), de um lado, e o domínio privado da sociedade civil e das relações pessoais, de outro”. O autor complementa essa definição pontuando: “Esta nova esfera pública não fazia parte do estado, mas, pelo contrário, era uma esfera em que as atividades do estado podiam ser confrontadas e sujeitas à crítica” (Id., *Ibidem*).

Mas não foi isso que o Estado Novo previu para a imprensa brasileira. As diversas medidas tomadas para esse campo – cuja criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e toda significação desempenhada por esse órgão é o exemplo maior – acompanharam o recrudescimento do regime em novembro de 1937. Dentre elas, estava a proibição da imprensa em língua estrangeira. Essa medida trazia em seu bojo uma característica preponderante: supressão do caráter imparcial idealizada para esse meio em prol de uma contribuição direta e pessoal ao progresso nacional. Em outras palavras – e de acordo com o artigo 2º da Constituição estadonovista – a função dos jornais e publicações era “contribuir para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional” (GOULART, *op. cit.*, p. 50). Como bem sintetizou Goulart: “Ficou assim configurada a função da imprensa como elemento de construção nacional, oposta a qualquer função partidária, regional ou localista, isto é, dissolvente da unidade almejada pelo regime” (*Ibidem*).

Antes de adentrar as especificidades do confronto político-identitário mediado pela imprensa, cabe tecer e discutir algumas considerações acerca do papel da imprensa. Uma delas pode ser entendida como o grau de alcance e eficácia que esse ator social pode exercer no meio em que opera. Para tal consideração, não atrelaremos a simples relação numérica de abrangência dos meios de comunicação – em particular, o jornal impresso – ao êxito da referida mediação, mesmo porque essa tradição metodológica prevê, dentre outros fatores, uma posição necessariamente passiva do segundo em relação ao primeiro – o que os estudos de mídia provaram ser, no mínimo, limitado. Thompson (2001) também chama a atenção para o caráter situado e rotineiro com que a imprensa ganhou corpo ao longo do século XX, alterando o foco das relações simplistas acima descritas para o que chama de uma “complexização” relacionada à incorporação de um *habitus* em ler jornal, escutar rádio, assistir TV etc. Em suas palavras:

Esta complexização [sic] significa também que a recepção é uma atividade situada: os produtos da mídia são recebidos por indivíduos que estão sempre situados em específicos contextos sócio-históricos. [...] A recepção dos produtos da mídia [também] deveria ser vista como uma atividade de rotina, no sentido de que é uma parte integrante das atividades constitutivas da vida diária (THOMPSON, 2001, p. 42-3).

Outra consideração que não pode ser omitida é o pretense caráter de imparcialidade com que a mídia fora constituída e retratada por muitos que se debruçaram sobre ela. A análise do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas direciona a um fator ontológico: o que conhecemos hoje como imprensa nasceria, parafraseando o autor, d’*A mudança estrutural da esfera pública*, ou seja: a ascensão da burguesia. Em outras palavras, e em consonância com as idéias de Habermas, a primeira nasce e permanece, invariavelmente, atrelada aos interesses da segunda (HABERMAS, 1984).

Como será abordado na análise do material impresso de que dispomos, durante o período estadonovista, os jornais da região do Itajaí-açu tornaram-se claramente propagadores das políticas e ideologias emanadas

pelos detentores de poder, visando, como objetivo primeiro, à manutenção de suas próprias atividades. Desse exemplo, concluímos que essa imprensa local pouco ou nada se diferenciava de uma indústria qualquer, pois, a exemplo destas, precisava se adaptar às novas leis vigentes, em detrimento de seu caráter imparcial. Uma delas foi a exigência de um redator (no caso das empresas, um diretor) brasileiro nato à frente de suas atividades.

Embora significativos órgãos da imprensa brasileira se pusessem contra o estado de coisas vigentes desde 1930 – um dos principais desses órgãos foi o jornal *O Estado de S. Paulo*, que, como grande parte da imprensa paulista, posicionou-se em defesa dos ideais liberais suprimidos pelo novo governo –, em ambos os casos, o papel da imprensa nesse período confirma o que vaticinou Habermas ou mesmo as autoras d'*O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*, uma das mais importantes obras sobre a relação mídia-Estado Novo. Segundo Capelato e Prado (1980, p. XIX): “Negam-se, pois, aquelas perspectivas que a tomam [a imprensa] como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos; nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.

### **O papel da mídia frente às políticas de nacionalização: o caso de Blumenau**

Ao analisar as notícias veiculadas pelo jornal *Cidade de Blumenau* de 1937<sup>7</sup>, observamos que havia grande espaço destinado à cobertura das conquistas da Alemanha sobre a Europa, assim como reproduções dos discursos proferidos por Hitler e o alto escalão de seu governo. As fontes de informação vinham diretamente de agências de notícias alemãs, que eram traduzidas para o idioma português. Encontramos nele reportagens que salientavam positivamente a reciprocidade entre o Brasil e a Alemanha, e a valorização dos intercâmbios culturais entre os dois países. À guisa de ilustração, destacamos uma nota sobre a medalha de honra entregue por Hitler ao ex-governador do estado de São Paulo, Armando Salles Oliveira (JORNAL CIDADE DE BLUMENAU, 10/05/1939, p. 01). Encontramos, também, um artigo redigido por Epiácio Pessoa, argumentando que o nacionalismo estadonovista incluía os estrangeiros e eles não deveriam ser hostilizados pela nova política de nacionalização (Idem, 08/05/1939, p. 04).

<sup>7</sup> Jornal bissemanal de grande circulação nessa região durante o período ora analisado, sempre redigido em português.

Há uma série de artigos que enaltecem a língua alemã, a arte alemã e sua cultura distinta, os primeiros colonos. Enfim, eles visavam à manutenção da idéia de que o imigrante alemão era diferente de outros que aportaram no Brasil e que essa diferenciação revertia-se em ganhos para o País.

A ambigüidade acerca de visões sobre projetos nacionalistas, segundo germânicos e seus descendentes e os fautores do Estado Novo, é observada em reportagens comemorativas do Dia do Colono e da Semana da Pátria. No primeiro caso, convoca-se a população a participar de um amplo número de atividades atreladas à germanidade; no segundo, para atividades cívicas nacionais. No entanto, há indício de acusações sobre a veiculação do ensino em escolas fundadas por alemães e a política anti-nacionalista, haja vista que o diretor da Escola Santo Antônio, Frei Emmendoerfer, publicara nota a população esclarecendo o contrário. A partir dessa nota, aliás, os freis franciscanos alemães conquistaram uma coluna no jornal, na qual veiculavam temas religiosos e sobre a manutenção da moral católica (Idem, 03/03/1939, p. 01).



**Figura 2**

Alemanha Invencível.

Fonte: Jornal CB, 27/02/1938.

### Os teuto-brasileiros e o papel da imprensa frente ao nacionalismo...

*Eduardo Gomes Silva e Flávio Braune Wiik*

Já em 1938, o *Cidade de Blumenau* mostra-se mais claramente um veículo transmissor de leis e decretos do Estado Novo do que uma esfera de mediação (sobretudo crítica) da relação Estado-cidadão (papel que havia exercido antes). Dentre tais decretos, o fechamento de sedes de associações políticas estrangeiras em Santa Catarina ganhou considerável destaque. Desapareceram referências positivas à germanidade, embora continuasse a exaltar as ações e conquistas bélicas alemãs. Há somente uma reportagem enaltecendo o espírito liberal em que Hermann Blumenau concebeu sua colônia. Há ainda uma nota mínima informando que o Dia do Colono transcorreu sem festejos (Idem, 23/08/1938, p. 01) e as grandes festas que marcavam esse dia foram substituídas pelo simples fechamento do comércio. Em contraste com o tamanho ocupado no jornal, essa nota indica rompimento de tradições tão caras aos alemães e teuto-brasileiros dessa região. Esse sentimento de ruptura seria aprofundado no decorrer do regime estadonovista.



**Figura 3**

Teatro Carlos Gomes.

Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau, 2008.

As notícias do *Cidade de Blumenau* de 1939 evidenciam as ações sistemáticas da política de nacionalização da região do Itajaí-açu.

Foi o final do espaço dedicado ao germanismo. Noticia-se de forma enaltecedora a brava chegada do 32º Batalhão do Exército à cidade, a fundação do Grémio Olavo Bilac em Hamônia, a inauguração de monumentos, estátuas de heróis nacionais, retratos de Getúlio Vargas nas escolas, nacionalização dos nomes de ruas, avenidas e localidades. Convida-se para atividades cívicas e reporta de forma propagandista a grande adesão da população aos eventos. Há grande destaque para a inauguração do teatro Carlos Gomes, construção com traços arquitetônicos marcadamente fascistas, com a ópera *O Guarani*.

Há, também, uma série de reportagens que envolvem o depoimento de várias autoridades do regime estadonovista, como a que denuncia a não-veracidade de um depoimento dado pelo então diretor da Penitenciária de Florianópolis, Campello de Araújo, a uma equipe do *Jornal da Bahia* (com repercussão na capital federal pelo *Diário Carioca*). Intitulada *Uma pequena Alemanha dentro do Brasil*, essa matéria alega, dentre outras denúncias, que Blumenau não havia se nacionalizado (Idem, 03/06/1939, p. 01). Nota-se esforço, por parte do editorial, para demonstrar o sucesso do projeto de nacionalização da região.



**Figura 4**

Há Brasilidade em Blumenau.

Fonte: Jornal CB, 09/09/1942.

Não obstante, a propaganda sobre políticas nacionalizadoras na região não exclui a cobertura de avanços da Alemanha sobre a Europa, havendo destaque para a troca de felicitações entre Getúlio Vargas e Hitler, pelo dia nacional da Alemanha, o que evidencia as boas relações entre os dois governantes. Ademais, o combate ao comunismo russo pela Alemanha era visto com bons olhos pelo governo Vargas e, dessa forma, transmitido pelo *Cidade*. As edições do periódico entre 1940 e 1941 giram em torno da campanha pela nacionalização, assim como se observa em 1939.



Figura 5

Troca de Felicitações.

Fonte: Jornal CB, 10/05/1937.

Já em 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial e a declaração de guerra aos países do Eixo, o *Cidade de Blumenau* não somente continuou operando como divulgador de decretos, leis e a política de nacionalização da região, como também deixou de anunciar os êxitos do III Reich na Europa, passando a divulgar o avanço das forças aliadas, por meio de informes oriundos da agência de notícias norte-americana *United Press*. Não encontramos uma nota sequer sobre perseguições ou sanções à população de origem germânica no Itajaí-açu. Há, ao contrário, uma série de reportagens sobre o sucesso da nacionalização implementada na região.

Seguindo a mesma orientação, as edições de *Cidade* de 1943 exaltam o espírito patriótico de Blumenau e região, ao colaborar na compra de Bônus da Guerra, destacando a participação incondicional dos industriários e operários no desenvolvimento econômico do Brasil em tempo de guerra.

Observamos ainda que, a partir de agosto daquele ano, o jornal passou de bissemanal para diário, e ganhou o apoio do DIP para tal mudança (o que é mais uma prova da estreita relação entre o Estado Novo e o principal veículo mediático daquela região).



**Figura 6**

A Paralização do Der Urwaldsbote .

Fonte: Jornal CB, 30/10/1941.

Já a partir de pesquisas que realizamos em algumas edições do jornal *Der Urwaldsbote*, entre 1937 e 1941, constatamos que esse periódico também encampou a política identitária promovida pelo Estado Novo, veiculando leis, decretos e enaltecendo a presença das forças militares na região.

### Os teuto-brasileiros e o papel da imprensa frente ao nacionalismo...

Eduardo Gomes Silva e Flávio Braune Wiik

Todavia, há várias e longas reportagens que destacam os grandes feitos dos primeiros colonizadores de Blumenau. Trata-se de discursos que são sutis ao tratar de questões referentes à germanidade. Interessante é notar que, em sua edição de 30 de maio de 1941, há um artigo que defende o ensino da língua alemã nas escolas brasileiras, assim como a língua inglesa e francesa já o eram. Destaca ser a língua alemã extremamente útil para melhor compreensão das ciências naturais e áreas tecnológicas. Cabe ressaltar que, seguindo exigências da política nacionalizadora, em 1941, o jornal já circulava em português e alemão e, no mesmo ano, trocou de nome para *Correio da mata: ex-Der Urwaldsbote* (então redigido exclusivamente em português), mas foi fechado em 1942.

Intencionalmente ou não, ao defender o sucesso da nacionalização da região, a imprensa colaborou com a manutenção da prosperidade econômica de vários setores industriais da região que se encontravam nas mãos de alemães e teuto-brasileiros e que, conseqüentemente, estariam ameaçados, caso não incorporassem as políticas identitárias impostas pelo Estado Novo (mesmo superficialmente). Parecem prevalecer a lógica e a ideologia capitalistas, assim como o *ethos* burguês da população de germano-descendentes da região, pois se observa que o teatro construído para enaltecer o (pan)germanismo trocou de nome, mas não fechou suas portas. O jornal *Urwaldsbote*, mesmo imprimindo um viés de maior criticidade em suas matérias, teve de alterar seu nome. Assim, redigido completamente em português, continuaria a circular alguns números mais, até encerrar suas atividades.

#### O Caso de Hamônia

O fecundo conceito *mídia* ganha novas significações a partir do estudo de caso de Hamônia, quando as políticas nacionalistas foram lá implementadas durante os anos 1930. Num primeiro momento, poder-se-ia questionar a eficácia “nacionalizadora” da imprensa nessa região, se simplesmente a compararmos com a cidade de Blumenau, da qual Hamônia fora distrito até 1934<sup>8</sup>. Como mencionado, a elevada abrangência e a própria incorporação da mídia impressa como *costume* no cotidiano de muitos teuto-brasileiros de Blumenau imprimiu a esse veículo caráter de propagador das leis, decretos e ordenações do governo federal.

<sup>8</sup> Para ver um panorama mais completo da história de Hamônia/Ibirama, consultar: Centenário de Ibirama (JORNAL VALE DO NORTE, 08/11/1997).

Formada por uma população agrícola por excelência, Hamônia (hoje município de Ibirama) pouco sentia os efeitos da mediação Estado-cidadão proporcionada pela mídia. A própria condição de isolamento cultural e o conseqüente desconhecimento da língua portuguesa por essa população se tornariam barreiras intransponíveis para se implantar as metas de nacionalização que o Estado Novo previa para aquela região (fato que também ajuda a explicar o envio de tropas militares ao local). Mesmo analisando um período anterior<sup>9</sup>, percebemos que pouquíssimos cidadãos tinham hábito de ler jornais, assim como poucos possuíam rádios.

Considerando-se a preponderância da língua alemã nessa região, o já citado *Der Urwaldsbote* e os chamados *Kalenders* eram as referências máximas em relação à mídia impressa com que esses colonos tinham contato. Editados em sua totalidade em alemão, diferenciavam-se das outras mídias impressas, não somente pelo idioma, mas também pelo conteúdo. Ambos traziam em suas linhas a preocupação com manter o que era idealizado pelos próprios alemães e teuto-brasileiros daquela região, ou seja, a *deutschbrasilianertum*. Romances, textos de memórias dos primeiros colonizadores, matérias relacionadas às atividades agrícolas (principalmente por parte dos *Kalenders*) eram o substrato dessas publicações (algo distinto da hostilidade à cultura brasileira atribuída a esse jornal por seus detratores). Parafraseando-se um teuto-brasileiro que viveu esse período transitório da história de Hamônia, os colonos não queriam nada contra o governo brasileiro, só queriam plantar e viver sua vida sossegados.

Em entrevista gentilmente concedida aos autores do presente estudo, o Sr. C.P. (como o denominaremos aqui)<sup>10</sup> enfatiza esse caráter pouco significativo da mídia impressa na região de Hamônia, já que ela foi, até o Estado Novo, simples reflexo do espírito teuto-brasileiro vivido cotidianamente (por meio da língua falada em alemão, da religião luterana, das sociedades recreativas ou esportivo-culturais, dentre outros elementos étnico-identitários já discutidos). Exercendo importante papel na sociedade daquele período, o Sr. C.P. confirma o que é apontado pela literatura como disparidade entre as repressões estadonovista sofridas por Hamônia e Blumenau, imprimindo ao caráter de isolamento da primeira o fator preponderante para tal distinção (SEYFERTH, op. cit., p. 306).

<sup>9</sup> Pela literatura disponível ou pela entrevista colhida (Cf. SILVA, 1977).

<sup>10</sup> A gravação da entrevista está disponível nos arquivos do Núcleo de Estudo dos Saberes e Saúde indígena (NESSI), no Departamento de Antropologia da UFSC.

Exemplo que ilustra essa distinção – e constitui um paradoxo – é que, a despeito da franca campanha Integralista e sua grande aceitação na classe empresarial localizada em Blumenau<sup>11</sup>, a cidade de Hamônia sofreria as maiores intervenções por parte do Estado Novo. Já em 1937, com a proibição do ensino em língua estrangeira promulgada pela Constituição daquele ano, iniciar-se-ia uma campanha de cerceamento que atingiria profundamente Hamônia. Essa campanha culminaria, em 1939, com o fechamento de sociedades recreativas, esportivas, culturais e com a proibição do uso público da língua alemã.<sup>12</sup>

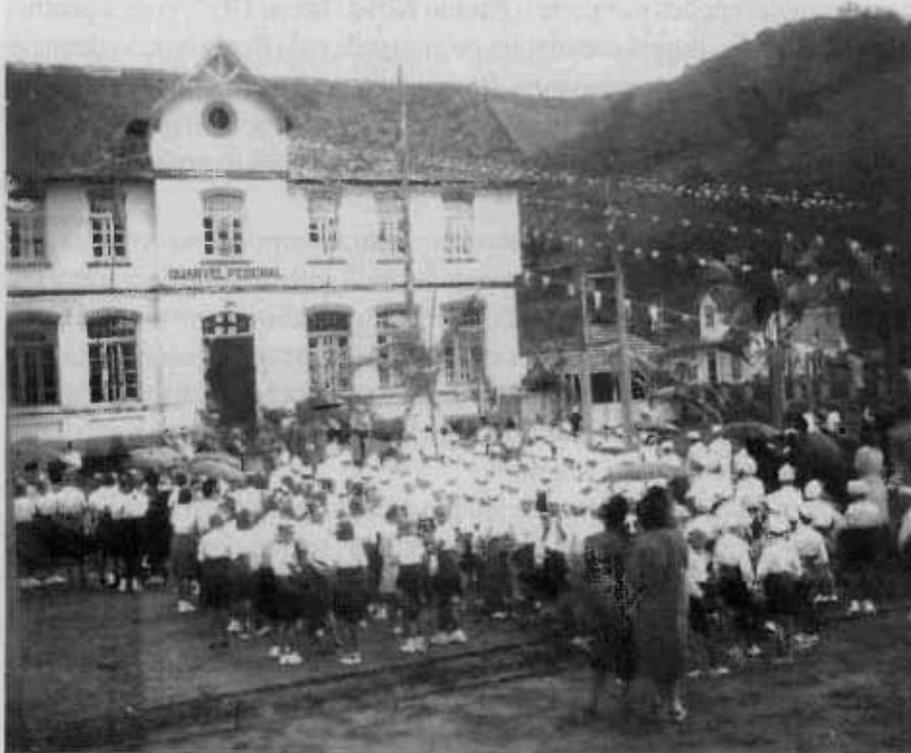
Seria a partir daquele momento que figuras como nosso entrevistado ganhariam importância junto a sua população. Também filho de imigrantes alemães, Sr. C.P. era um dos poucos que falava o idioma português, além da língua aprendida em casa e na escola. Pela posição de escrivão da Delegacia Auxiliar de Polícia de Hamônia, não seria exagero atribuir-lhe (assim como a poucos no município) o papel de **mediador** entre o novo Estado e a população daquela região.<sup>13</sup>

Com o distrito praticamente sitiado pelas tropas do governo federal e pela posição que ocupava na delegacia, Sr. C.P. se transformaria em intérprete das ordenações providas das instâncias superiores. Em outras palavras, assim como o jornal *Cidade de Blumenau*, ele seria propagador do conjunto de tarefas que formavam o sentido de nacionalismo naquela região. Se nos ativermos novamente ao que rezava o 2º artigo da Constituição estadonovista, teremos na figura do Sr. C.P. a exata significação que foi atribuída à imprensa no período: a função dos jornais e publicações era “contribuir para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional” (GOULART, op.cit., p. 50).

<sup>11</sup> Como já fora dito, Blumenau elege como prefeito da cidade o chefe local dos Integralistas, Alberto Stein. (Cf. CARESIA e ROCHA, 2001).

<sup>12</sup> Conforme boletim de ocorrência da Delegacia Auxiliar de Polícia de Hamônia, a pena comum atribuída àqueles que inferissem esta lei era de 24 horas, em regime fechado.

<sup>13</sup> Muitos vêem o Estado Novo como o primeiro contato concreto entre Estado-cidadão no local, já que a responsabilidade pelo isolamento dessa região reside justamente na ausência de políticas estatais junto àquela população (como construção de escolas, hospitais etc.). O próprio Getúlio Vargas reconheceu esse hiato, quando visitou Blumenau. Em suas palavras: “A culpa não foi deles, a culpa foi dos governos que os deixou isolados na mata, em grandes núcleos, sem comunicações” (Ibidem, p. 28).



**Figura 7**

Ex-escola alemã que foi transformada em quartel militar.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ibirama, 2008

### **Conclusões**

Dada a forte presença de jornais em Blumenau, a mediação Estado-cidadão tomou-se notoriamente eficaz na reconfiguração das políticas identitárias estadonovistas, pela cotidiana veiculação de leis e decretos do novo regime e pela propagação dos sucessivos êxitos das políticas de nacionalização implementadas a partir daquele momento. Dessa forma, tais publicações nessa cidade iriam ao encontro da nova agenda política identitária e econômica promulgada pelo Estado Novo, fazendo prevalecer e manter a lógica e a ideologia capitalistas.

No entanto, numa colônia de imigrantes de origem germânica e de estrutura agrícola como Hamônia, a ausência de um mediador no campo da imprensa, associada a um elevado grau de isolamento alheio aos interesses estadonovistas, fez com que a população experimentasse elevada repressão, personificada na presença do exército no município e na proibição de toda atividade social em que fosse empregado o idioma alemão. Outrossim, os representantes do Estado Novo nesse local lançaram mão de intérpretes, cuja finalidade era mediar a relação Estado-cidadão junto aos colonos.

Dessa feita, acreditamos ter iniciado uma pertinente discussão acerca de um tema fecundo e pouco explorado, como a relação entre mídia e políticas identitárias estadonovistas. Caro a muitos alemães e teuto-brasileiros dessas regiões, esse período cinza de nossa história não deve ser silenciado ou omitido, mas sim confrontado todos os dias, como recomendou o Sr. C.P.

#### Referências bibliográficas

CAPELATO, M. H. e PRADO, M. L. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S.Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAREZIA, R. M. e ROCHA, B. S. Ruptura com as formas do passado: entre a modernidade e a tradição. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XLII, n.3/4, mar./abr. 2001.

CHAUÍ, M. e FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA, E. V. *1932: imagens contraditórias*. São Paulo: Ed. Governo do Estado, 1982.

DUTRA, E. F. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. UFMG, 1997.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. Trad. Flávio R. Kothe.

KONDER REIS, A. C. Em defesa da colonização alemã. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XLII, n.1/2, jan./fev. 2001.

*Jornal Cidade de Blumenau*. Blumenau. Edições de 1937 a 1943.

*Jornal Der Urwaldsbote*. Blumenau. Edições de 1937 a 1942.

JORNAL VALE DO NORTE. *Centenário de Ibirama*. Ibirama, 8 nov. 1997. Suplemento especial.

MARTINS, L. Estado Novo. In: CD-Rom *DHBB-FGV*. 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Disponível em: <<http://www.blumenau.sc.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2008.

SEYFERTH, G. Nazismo no Brasil. In: CD-Rom *DHBB-FGV*, 2001.

SEYFERTH, G. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999. p.273-313.

SILVA, J. F. *A imprensa em Blumenau*. Blumenau: Ed. Governo do Estado, 1977.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2001.

TOMIO, F. R. L. A ideologia étnica e a identidade coletiva do empresário blumenauense. *Blumenau em cadernos*, Blumenau, Tomo XLII, n.5/6, mai./jun. 2001.